

INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ

Curso de Licenciatura em Filosofia

Nailson Silva Santos

O PRÍNCIPE NOVO EM MAQUIAVEL

Teresina

2018

Nailson Silva Santos

O PRÍNCIPE NOVO EM MAQUIAVEL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Filosofia pelo Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí, sob a orientação do Prof. Dr. Pe. Possidônio Ferreira Barbosa Júnior.

Teresina

2018

Nailson Silva Santos

O PRÍNCIPE NOVO EM MAQUIAVEL

INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ

Curso de Licenciatura em Filosofia

Data de aprovação: ____ de _____ de 2018

Orientador

Prof. Dr. Pe. Possidônio Ferreira Barbosa Júnior

ICESPI

1ª Examinadora

Prof^a. Dra. Ana Beatriz Martins dos Santos Seraine

UFPI

2º Examinador

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Júnior

UFPI

AGRADECIMENTO

Diante da caminhada percorrida, muitos foram os obstáculos, as lutas e o cansaço. Mas nada melhor que agradecer a Deus por ter vencido, batalhado e conseguido chegar a conclusão deste trabalho. E acima de tudo, pelo dom da vida que ele tem me proporcionado.

Agradeço a minha família, pela atenção e apoio recebido. Gratidão que dedico a minha mãe Socorro que sempre me acompanha e abençoa todos os dias. Ao meu pai Lourimar pelos momentos a ele recorrido, e ter se mostrado disponível naquilo que precisei. A minha irmã Naiany, meus sobrinhos Lucas e Arthur.

Atenção e carinho especial que agradeço a meu avô Abdiel (in memoriam), minha vó Maria Nazareth (D. Didi) e tia Neusa, que sempre se mostraram preocupadas com a minha formação e educação.

No decorrer da minha vida e caminhada vocacional, foram surgindo pessoas que me deram total apoio e confiança para seguir em frente, e lutar pelo propósito de dar mais um passo adiante. Confiança, carinho e agradecimento que estendo a duas pessoas que se mostraram disponíveis em acolher meu pedido de ingresso para o seminário em 2015: Dom Juarez Sousa da Silva e Pe. João de Deus Carvalho Leal, a eles meu muito obrigado.

Agradecimento especial a meu bispo Dom Edilson Soares Nobre, pela confiança e incentivo que vem me dando nos estudos e na vocação rumo ao sacerdócio.

Agradeço ao Pe. Possidônio Ferreira Barbosa Júnior da minha querida diocese de Oeiras, pela contribuição, orientação e incentivo na elaboração deste trabalho conclusivo de curso. Aos meus irmãos seminaristas de diocese, e aos companheiros de turma pelo ensino e aprendizagem que tivemos nesses três anos de convivência.

Por fim agradeço a Dr. Anchieta Mendes, homem de grande estima e valor, que muito se faz presente e disponível na minha, pessoa no qual posso contar em minhas necessidades.

“As armas devem ser usadas em última instância,
onde e quando os outros meios não bastem. ”

Maquiavel

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar elementos de fundamental importância como as habilidades, estratégias, e recursos que estão inseridos na obra *O príncipe* de Maquiavel. Em que inicialmente são informações necessárias para o príncipe chegar ao poder e lá permanecer. Sendo que, é através das habilidades políticas e suas diversas formas de comando que o príncipe alcança o poder. E para ele chegar ao poder é preciso estar ciente das suas funções políticas, que é negociar e fazer acordos. Os acordos por ele firmado trazem benefícios e malefícios que são apresentados no decorrer deste trabalho. E por fim, temos o surgimento do “príncipe novo” dentro do “Estado novo”, que é o governante desprendido de conchavos que estão presentes no mundo político. Ou seja, aquele que governa em favor de todos.

Palavras-chaves: *Maquiavel, O príncipe, poder, Estado novo, príncipe novo.*

ABSTRACT

The present work aims to present elements of fundamental importance that are inserted in the work *The prince* of Machiavelli. On what initially presented information of fundamental importance to the Prince come to power and stay there. Being that, It is through the political skills and its various forms of command that the prince reaches the power. And for him to come to power it is necessary be aware of their political functions, what is negotiating and make agreements. The agréments established for him brings benefit and evil that are presentes in during this work. And finally, have the emergence of the "new prince" within the "new state", which is detached ruler of conspiracies which are present in the political world. That is, the one who rules in favor of all.

Key words: Machiavelli, the prince, power, new state, new prince.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. O PRÍNCIPE EM MAQUIAVEL	11
2.1 <i>Príncipe e poder</i>	13
2.2 <i>Como alcançar o poder</i>	14
2.3 <i>Como permanecer no poder</i>	16
3. GOVERNABILIDADE E ACORDOS POLÍTICOS PARA O PODER	
3.1 <i>Acordos e benefícios</i>	19
3.2 <i>Acordos e malefícios</i>	23
4. O PODER NA ABORDAGEM DO “PRÍNCIPE NOVO”	28
4.1 <i>Plano de governo x Plano de poder</i>	29
4.2 <i>Poder e governabilidade do Príncipe dentro do Estado</i>	33
CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

O trabalho a ser apresentado, irá apresentar a perspectiva do novo modelo de governante intitulado como “O príncipe novo” em Maquiavel, visa uma abordagem geral em torno da obra filosófica *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel, que nasceu em 3 de maio de 1469 na cidade de Florença. Maquiavel vem de uma família toscana que não era a mais poderosa da cidade, assim como foram os banqueiros Pazzi ou os Médici. Filho de Bernardo e Bartolomea de Nelli, Maquiavel passa a usufruir da biblioteca do seu pai que não tinha condições de bancar uma educação formal para o filho, então o jovem Maquiavel passa a apreciar as obras clássicas.

O príncipe possuidor de habilidades e estratégias, sempre usa de espertezas como parte da ação de um homem que busca chegar ao poder. Em que, qualquer meio possível lhe é valido para tal ação.

A partir disso, poderemos observar na figura do príncipe novo as atitudes e o novo modo de fazer política, aquela que seja livre dos vários conchavos e acordos existentes no campo político. Também mostrar como ele gerencia uma nova ordem e implementação política dentro do Estado, é o que pretendemos observar no príncipe novo.

Deste modo, com essa nova modalidade evidenciada pelo príncipe novo quanto aos novos moldes dele exercer a política, buscaremos evidenciar a eficácia do seu plano.

A questão temática do “príncipe novo” que aparece na obra de Maquiavel, é tido como aquele senhor de boa virtude e praticante de uma nova ordem social e política. Junto a esse novo modelo de política implementado por o príncipe novo surge também no pensamento de Maquiavel a ideia de “Estado novo” e a partir disso, não é que seja de um modelo bem distinto ou até mesmo diferente mas, é aquele que nasceu da mesma maneira que os hereditários, ou seja, pelo uso da força, e da violência. Mas o que os distingue é que o Estado novo induz os súditos a esquecerem a força empreendida pelo príncipe para conquistá-lo.

A função que ele exerce na sociedade lhe traz garantia e postura de que ele é o detentor do poder, mas o que está em jogo é a nova prática política que ele pretende exercer. E que não nos remeta aos moldes e táticas que antes eram exercidos. Partindo disso, podemos nos perguntar: o príncipe novo que surge com novas ideias diante de um Estado novo, coloca em risco a sua manutenção e conservação no poder?

As diversas argumentações como respostas, passou pela leitura da obra principal a ser estudada *O príncipe*, em que foram observadas as indicações que Maquiavel orientou os governantes. Como também, a busca por fundamentações em texto escritos por comentadores

de Maquiavel e trabalhos acadêmicos. Desse modo, em todo o trabalho são discorridas argumentações em torno dos questionamentos, com citações que ajudem a fundamentar a ideia.

No primeiro capítulo apresentamos como o príncipe chega ao poder e lá pode permanecer. Sendo que, na visão de Maquiavel o governante tem que possuir características e atributos que possam lhe dar esse desejo. Visto que é inerente ao príncipe saber lidar com apetites e anseios do poder.

No segundo capítulo, procuramos apresentar os benefícios e malefícios de uma política que é exercida a base de acordos e barganhas. Sendo assim, como atributos presentes na vida do príncipe que busca alcançar o poder de qualquer meio e forma.

Finalizando com o terceiro capítulo, onde buscamos apresentar a figura do príncipe novo. Aquele que surge não com vícios e métodos maquiavélicos, mas um governante comprometido com uma nova realidade social, e que esteja inserido numa nova busca de se fazer política, sendo-lhe necessário haver um plano de governo que possa condizer com um Estado livre de quaisquer conchavos, sobretudo, com aqueles que estão inseridos dentro de um plano de poder. Acrescido a isso, temos um ligeiro paralelo com o processo de impeachment ocorrido no Brasil no ano de 2016 quando se trata da manutenção no poder, dos aliados.

As circunstâncias e os conflitos políticos que possam surgir no governo do príncipe novo são devido a sua nova postura com que ele pretende conduzir o Estado. O que acontece é que muitas vezes os aliados não pensam uma nova política com base em um plano de governo, mas apenas em um plano de poder.

O governante por mais que esteja inserido em novas práticas e maneiras de exercer a política, sendo aquela que tenha um comprometimento social e busca de valores virtuosos, tem sempre que se precaver de atos e situações que possam lhe tirar a estabilidade e o poder de governar para o povo.

2 O PRÍNCIPE EM MAQUIAVEL

Falar da política *na obra o príncipe* de Maquiavel é dizer como ele busca entender a forma e postura que o governante deve ter, tanto para alcançar e manter-se no poder, como também conhecer os meios que ele usa para ter a sua perpetuação. Nisso, Maquiavel apresenta estratégias do príncipe para que esse use e possa fazer com que aconteça o seu plano astuto de governar o Estado, onde para ele o importante é estar na sua condição de governante. O príncipe tem a função de sempre tirar proveito para si das situações, e nisso, podemos observar como uma de suas características principal que é não se comover diante das situações, mas sim fazer com que os que estejam sob a sua tutela se mostrem como submissos ao seu poder, amando-o e temendo-o.

Ser um príncipe audacioso, sagaz, e até mesmo déspota são características de um governante não comprometido com o bem populacional, mas é o tipo daquele que sempre faz acontecer em cima de seus súditos e do povo as suas vantagens e proveitos pessoais; nesse aspecto é perceptível ao príncipe que o mesmo tenha sempre a obrigação de manter essa postura de imposição e que seja reconhecido por todos.

A obra *o Príncipe* nasce no contexto político em que a Itália viveu o período de renascença fase em que inicia uma nova época de pensamento. Deste modo, podemos compreender como o período que se torna o centro das atenções da política enquanto busca pelo poder. “Com Maquiavel (Niccolau Machiavelli, 1469- 1527) inicia-se nova época do pensamento político” (REALE, 2005, p.126).

Todo o alavancar de uma nova política que surge em meados do século XV, traz consigo o contexto econômico que dominava o território europeu na época em que a corrupção de governantes contribuiu para que uma convulsão social acontecesse devido ao mal exemplo e descaso de um governo que tinha as mínimas credenciais para bem representar a população.

Desde o início do século XV, em certas regiões Europeias, as antigas cidades do império romano e as novas cidades surgidas dos burgos medievais entram em desenvolvimento econômico e social. Grandes rotas comerciais tornam poderosas as corporações e as famílias de comerciantes, enquanto o poderio agrário dos barões começa a diminuir. As cidades estão iniciando o que viria a ser conhecido como o capitalismo comercial ou mercantil. Para desenvolvê-lo, não podem continuar submetidas aos padrões, as regras e aos tributos da economia feudal agrária, então iniciam lutas por franquias econômicas. As lutas econômicas da burguesia nascente contra a nobreza feudal prosseguem na forma de reivindicações políticas: as cidades desejam independência em face de barões, reis, papas e imperadores (CHAUÍ, 2015, p.457).

Maquiavel vive nesse contexto em que governos e o povo não se entendem sobre a melhor maneira de governar o Estado. Pois existe uma política de acordos e truques financeiros, que logo mais se tornaria algo a influenciar na vida política dos governantes.

Os banqueiros mercantis de Florença, como os Médici, os Pazzi e os Strozzi, controlavam a nova tecnologia da época. O banco mercantil era a revolucionária tecnologia de comunicação do período. Seu desenvolvimento no século XIV havia transformado gradualmente o comércio e as comunicações em toda a Europa. (...) E em 1414 os Médici conseguiram finalmente a grande conta: eram os banqueiros do papa. Manobras semelhantes deram a família o controle do governo supostamente republicano e democrático de Florença (STRATHERN, 2000, p.13/14).

Maquiavel mostra-nos como o governante deve se comportar e como o mesmo precisa agir e ditar as regras para assim haver a sua tão desejável permanência no poder do Estado. O que podemos entender é que para Maquiavel, a política é exercida de um modo em que o governante, ou seja, aquele que tem o interesse em se manter no poder, nesse caso o príncipe, precisa usar de todas as formas e meios possíveis que lhe traga essa conquista. Nessa sua perspectiva o que está em jogo é a sua chegada e permanência no poder do Estado, e também poderíamos dizer, a sua ambição de chegar a esse posto que é ser o governante astuto e possuidor de virtú, aquele que é capaz de deter o poder.

A compreensão de política de Maquiavel está voltada para a arte de governar e não de construção do Estado. Maquiavel compreende o Estado como a condição de um príncipe que coordena os dispositivos legislativo, executivo e judiciário e por eles se exprime como atos de soberania de governo. O príncipe está na origem do poder político e deve estabelecer que, no interior de seu principado e nas relações que mantém com outras pessoas, é a origem e domina todas as fontes (BARBOSA JUNIOR, 2016, p. 01).

O *Príncipe* de Maquiavel, nos remete a uma forma gananciosa daqueles que querem ter a sua real autonomia e conservação de uma política que é feita de alianças e acordos, em que suas bases de sustentação não passam sem as meras barganhas daqueles que precisam se sustentar e permanecer sob as bênçãos do Estado.

O príncipe é tido como aquele que está disposto a alcançar o poder. Para isso, ele se sujeita a todas as situações e manobras possíveis que estejam ao seu alcance. Sendo assim, cabe a ele que será o governante fazer os tipos de acordos que possa lhe dar a garantia do poder.

2.1 Príncipe e poder

Em sua obra clássica *o Príncipe*, Maquiavel começa por apresentar algumas maneiras e indicações no que diz respeito por exemplo: de quantas espécies são os principados, os modos de como se adquire, e também ele buscar indicar o que são repúblicas e principados. E por conseguinte, mostra mecanismos e formas de como chegar ao poder e lá permanecer.

Quando falamos do príncipe e poder, Maquiavel nos apresenta César Bórgia como modelo daquele que para obter o poder está disposto a fazer qualquer manobra e sacrifício e assim, conseguir o *status* de governante. Desse modo, a preocupação de César é de chegar ao poder, pois o mesmo não está preocupado com consequências futuras. Nesse sentido, o seu desejo é de desfrutar de um reinado onde possa lhe trazer conforto e garantia de suas vontades e interesses pessoais. Sendo assim, é através do dinheiro e com a fama de gastador que ele consegue tornar aos olhos do povo a boa fama.

Para um bom governante, Maquiavel recomenda ter cautela e prudência no que diz respeito aos gastos da corte. Um príncipe deve gastar pouco para não ser obrigado a roubar seus súditos; (MAQUIAVEL, 1973, p. 72). César Bórgia não se ateve a esse método, por tais motivos seu reinado não durou muito, logo sendo levado a queda do poder.

César, com sua liberalidade, ascendeu ao império, e muitos outros, por serem considerados liberais, alcançaram altos postos, que ou já és príncipe ou estás no caminho de o ser.(...) E César era um dos que queriam alcançar o poder em Roma, mas se, depois que o alcançou, tivesse vivido mais tempo e prosseguido naquelas despesas e não as tivesse reduzido, teria destruído o império (MAQUIAVEL, 1973, p. 72).

A chegada ao poder é algo que está ao alcance e muito próximo a César Bórgia, digamos a um modo não conquistado pelo reconhecimento do povo ou pelas suas capacidades, como aquele que merece ter o poder do Estado por ser um homem dotado de temperança e de boa governabilidade nas relações. Mas para Maquiavel, a ascensão de César acontece por meio de atrocidades e ganância que fazem parte da ação de um homem que simplesmente quer o poder a qualquer meio e custo por possuir as regalias e privilégios da Corte. Nesse aspecto o pensamento de Maquiavel passa a girar e ser compreendida em torno de César Bórgia.

O notório César Bórgia, estava usando o exército papal (ajudado por tropas francesas) na criação de um novo principado independente para si na Itália central. A medida que avançava de Roma para o norte, conquistando territórios tão distantes quanto Rimini, no Adriático, toda a região entrava em tumulto (STRATHERN, 2000, p. 27).

Ter o poder e o domínio do Estado em suas mãos é o desejo do príncipe. É algo que faz parte da ação do governante virtuoso. Por mais que sejam por atos egoístas, faz parte da sua ação ter o domínio e posse. Contudo, é preciso que o mesmo esteja apto a agir de modo e maneira que lhe é necessária, como também, algo que lhe garanta a oportunidade de agir no momento adequado.

Na perspectiva de Maquiavel, o governante jamais deve estar preocupado com ações de um homem que possui princípios cristãos, e tão pouco com atitudes éticas que não condiga com sua realidade e atuação moral, mas sim, possuir ações que são necessárias à aquele que almeja e quer alcançar o poder. “Seu comportamento não carece ser verdadeiro, ou muito menos real, mas deve fazer aparentar aquilo que as pessoas costumam mais valer-se para analisar as outras” (BITTAR, 2011, p. 156).

No pensamento do florentino o modo como o príncipe deve agir e se comportar é característica que fará com que as suas habilidades e desenvoltura possa torná-lo um ser possuidor de capacidades. Neste sentido, o poder está posto ao príncipe. Só lhe é preciso usar as habilidades e estar atento ao que diz por momento e circunstância; caso estas estejam a seu favor, basta ter apenas a notória observância das ações que lhes são necessárias e imprescindíveis, onde no final de tudo possa lhe trazer benefícios.

O Príncipe deve, no entanto, ter muito cuidado em não deixar escapar da boca expressões que não revelem as cinco qualidades acima mencionadas, devendo aparentar, à vista e ao ouvido, ser todo piedade, fé, integridade, humanidade, religião. É que os homens, em geral, julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, pois todos podem ver, mas poucos são os que sabem sentir (MAQUIAVEL, 1973, p. 81).

Maquiavel nos remete a um pensamento em que o príncipe tem em mãos todas as ferramentas que lhes são necessárias para que o mesmo possa chegar ao poder, para isso, ele precisa usar de maneiras que sejam habilidosas e faça dele um governante astuto e perspicaz nas suas ações.

Contudo, o que se extrai do pensamento de Maquiavel é que o príncipe deve ser aquele que adquire o poder com toda maestria, e governa com mão de ferro, fazendo valer-se de um príncipe habilidoso que enfrenta os desafios que lhe são postos.

2.2. Como alcançar o poder

É notório ao Príncipe que este para chegar ao poder deve ser por uma série de fatos e acontecimentos que venham lhe proporcionar esse grande desejo que é o seu ponto ápice.

No decorrer de sua obra *O Príncipe*, Maquiavel sugere inúmeras práticas e maneiras que facilita a chegada do príncipe ao poder e até mesmo, depois de lá ter chegado, indica uma possível permanência. De início é preciso que o príncipe tenha a capacidade de governar como também possua algo que lhe é essencial na condição de governante que é a virtú, pois é por meio desta que ele conseguirá o alavancar de sua ascensão ao poder, graças se a esta possuir.

Essa habilidade, descrita de modo inteiramente novo e revolucionário por Maquiavel, consiste no que se chama de virtú. Sem virtú não poderá o príncipe resistir no poder. Por isso é que a ideia de virtú governa grande parte da doutrina do principal escrito político de Maquiavel (BITTAR, 2011, p. 157).

Parafraseando de início o primeiro capítulo da obra *O Príncipe*, Maquiavel fala de quantas espécies são os principados e os modos que se adquire. Ele vai dizer que os modelos que se tem conquistados até então são repúblicas ou principados, e com isso, a sujeição da força de um principado que já vem de um modo hereditário não dá ao novo governante dificuldade para a sua chegada, mas se esse for preciso chegar pelo modo republicano é preciso que este tenha grande fortuna e possua necessários méritos para ter o poder em suas mãos (MAQUIAVEL, 1973, p. 11).

É notório saber que não existe um modo padronizado para que o príncipe alcance o poder, como também algo pré-estabelecido quanto a sua estabilidade política na condição de governante.

Todos os Estados, todos os domínios que tem havido e que há sobre os homens foram e são repúblicas ou principados. Os principados ou são hereditários, cujo senhor é príncipe pelo sangue, por longo tempo, ou são novos. Os novos, como Milão com Francesco Sforza, ou são como membros acrescentados a um Estado que um príncipe adquire por herança, como o reino de Nápoles ao rei da Espanha. Estes domínios assim adquiridos são ou acostumados à sujeição a um príncipe, ou são livres, e são adquiridos com tropas de outrem ou próprias, pela fortuna ou pelo mérito (MAQUIAVEL, 1973, p. 11).

A sua chegada e permanência no poder dependerá muito de como o príncipe se sujeita aos modos e até mesmo como se arquiteta para uma eventual desestabilidade política. Pois é preciso que ele tenha habilidades para que não fique refém de outrem ou tropas.

A ideia política de Maquiavel tem o propósito de mais à frente indicar ao Príncipe que este não apenas tem merecido chegar ao poder. Mas que de agora em diante ele use de todas habilidades possíveis para lá permanecer. Porque, se o mesmo tem chegado por meio de outros

é preciso tê-los como seus possíveis inimigos caso estes estejam descontentes, e isso poderá dificultar a sua permanência no poder.

Assim, são teus inimigos todos aqueles que se sentem ofendidos pelo fato de ocupares o principado; e também não podes conservar como amigos aqueles que te puseram ali, pois estes não podes ser satisfeito como pensavam (MAQUIAVEL, 1973, p. 15).

O bom governante para Maquiavel é aquele que conseguirá diante das dificuldades que lhe são postas após a conquista de um novo território, fazer com que as suas capacidades e desenvoltura lhe traga estabilidade e sorte para ter a sua manutenção no poder. Por mais que os seus habitantes estejam habituados a algum modo tradicional antigo.

A presença do príncipe no novo território que foi conquistado ou até mesmo que para lá for habitar, e proporcionar todas as ações necessárias aos seus súditos, lhes deixarão satisfeitos com o seu modo de governar, podendo até mesmo ficarem temidos com as atitudes do príncipe.

Mas, quando se conquista uma província de língua, costumes e leis diferentes, começam então as dificuldades, sendo necessária uma grande habilidade e boa sorte para poder conservá-la. Um dos modos mais eficazes é ir o príncipe habita-la. Se está presente, veem-se nascer as desordens, e pode-se remediá-las com presteza; no caso contrário, só se terá notícia delas quando não houver mais remédio. Além disso, a província conquistada não será espoliada pelos lugar-tenentes. Os súditos ficarão satisfeitos com o mais fácil recurso ao príncipe: assim, terão maiores razões de amá-lo, se é o caso, ou de teme-lo (MAQUIAVEL, 1973, p. 16-17).

2.3. *Como permanecer no poder*

Nos seus escritos políticos o florentino fala do príncipe que chega ao poder pela força do dinheiro ou daqueles que o concedem. Nesse viés político, o governante permanecerá e se manterá no poder de uma forma muito penosa. Visto que, o desgaste político e as dificuldades pairam a desestabilizar o governo. Isso acontece porque, aqueles que concederam o poder do Estado ao príncipe passam a manipulá-lo. E para Maquiavel, não são pessoas nada amigas ou até mesmo confiáveis.

Aqueles que somente por fortuna se tornam príncipes pouco trabalho tem para isso, é claro, mas se mantêm muito penosamente. Não tem nenhuma dificuldade em alcançar o posto, porque para aí voam; surge, porém, toda sorte de dificuldades depois da chegada. É o que acontece quando o Estado foi

concedido ao príncipe, ou por dinheiro, ou por graça de quem o concede (MAQUIAVEL, 1973, p. 33).

A chegada do príncipe ao poder está intimamente ligada com a confiança de quem a concede. Sendo, pois, uma necessidade no qual o mesmo precisa estar em sintonia com ela. Para isso, é sucinto que o príncipe viva de uma aparência que lhe mostre estar agradando e sendo agradado pelo valioso presente que é a sua condução e chegada ao poder. Caso ele venha a agir de modo impiedoso com aqueles que fizeram acontecer sua ascensão no poder do Estado, possivelmente haverá uma revolta contra o príncipe.

A confiança é algo que se conquista apresentando e construindo uma aparência. É algo que se deve ter como aliado na condução e administração do poder. Isso porque, deve-se advertir, o príncipe não pode assemelhar-se a um tirano ou usurpador. A opressão é algo de que os homens não gostam. Até mesmo admitem a obediência, mas jamais a opressão (BITTAR, 2011, p. 161).

Para Maquiavel, o príncipe precisa saber se sobressair diante de todas essas situações que possam lhe tirar a estabilidade de um bom governante, como também evitar de correr o perigo de uma revolta por parte do povo que venha lhe trazer a queda do poder. Nesse aspecto, a percepção em observar os riscos que correm sobre seu governo e as habilidades em negociar são de fundamental importância para a governabilidade do príncipe que quer se manter no poder. Sendo que o objetivo a ser alcançado é fazer imperar os seus desejos e suas vontades como parte da ação de prender o povo ao seu reinado, onde se evite a impopularidade de um governo.

Falar em permanência do príncipe no poder para Maquiavel, seria fazer a interpretação do capítulo XV que ele escreve sobre as razões por que os homens e, especialmente, os príncipes são louvados ou vituperados; em que para ele o príncipe precisa ser atento nas suas ações. Pois na condição de governante ele jamais poderá usar de uma aparência bondosa senão estará arruinando a sua própria conservação no poder.

Assim, é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade. (...) é necessário que o príncipe seja tão prudente que saiba evitar os defeitos que lhe arrebatariam o governo e praticar as qualidades próprias para lhe assegurar a posse deste, se é possível; (MAQUIAVEL, 1973, p. 69- 70).

É condição necessária ao príncipe usar do equilíbrio para ter a sua manutenção e conservação no poder como também possuir as qualidades necessárias para saber lidar com os amigos que lá lhe puseram. Pois seria de grande vantagem ao príncipe possuir boas qualidades

que lhe dessem reconhecimento por parte do povo, mas é preciso que ele tenha a consciência de que será julgado mesmo por suas boas ou más ações que praticar à frente do Estado.

Os homens são covardes ingratos e instáveis, avaros e invejosos. Enquanto você estiver por cima, eles estarão inteiramente do seu lado- entregarão a você a própria alma, as propriedades e até mesmo a família. Mas se você não lhes der nada que satisfaça os seus desejos, eles se voltarão contra você (STRATHERN, 2000, p. 54).

Diante das circunstancia políticas, caberá ao príncipe trabalhar com a incredulidade das pessoas. Contudo, para Maquiavel, é necessário que o governante siga suas orientações para se dar bem no comando do Estado, onde a realidade que se vive é bem diferente de uma realidade que se imagina ter de um povo que lhe concede a graça de chegar ao poder. A cautela e a prudência serão ferramentas necessárias ao príncipe que pretende desenvolver as ações de um governante virtuoso, onde nem sempre lhe será possível desenvolver todos esses princípios.

Maquiavel discorre toda uma trajetória dos políticos e governos que se deram bem, e daqueles que de certo modo fracassaram em suas atividades. Portanto, o que buscamos nesse primeiro capítulo foi mostrar como os modelos descritos por Maquiavel serviram e contribuíram para a chegada do príncipe ao poder.

3 GOVERNABILIDADE E ACORDOS POLITICOS

3.1 Acordos e benefícios

O governante para ter a autonomia de comandar o Estado na obra clássica *O Príncipe* de Maquiavel é visto como aquele que precisa fazer acordos para manter a sua governabilidade, pois sem esse meio fica inviável um governo centralizado e forte diante das circunstâncias políticas.

A atuação do príncipe para governar o Estado surge da maneira como ele alcançou o poder, pois na condição de detentor das ordens e princípios do Estado, lhe é necessário saber a devida maneira de como será o seu governo, visto que isso acarreta o modo de como e por quais vias ele hoje comanda.

A ambição do homem pelo poder o torna um ser capaz de fazer qualquer acordo para a assim ter a chancela do Estado aos seus interesses e benefícios próprios, contudo, na perspectiva de Maquiavel os acordos trazem benefícios aos governantes e aos que almejam chegar ao poder. Contudo, o príncipe tem que estar preparado para fazer acordos e alianças dentro do Estado. O cargo que Maquiavel ocupou na chancelaria¹ lhe trouxe experiência para que o mesmo pudesse falar sobre os reais motivos e interesses que trazem os acordos políticos firmados entre os postulantes ao principado ou por aqueles que servem ao governante.

A posição oficial de Maquiavel lhe trazia dois tipos de deveres. A segunda chancelaria, criada em 1437, lidava principalmente com as correspondências relacionadas à administração dos territórios de Florença. Mas, como encarregado do setor, Maquiavel também era um dos seis secretários do primeiro chanceler, e nessa função em breve recebeu a tarefa adicional de atender ao conselho dos dez, a comissão responsável pelas relações externas e diplomáticas da república. Isso significava que, além de seu trabalho normal de gabinete, também poderia ser designado em viagens ao exterior em nome do conselho dos dez, agindo como secretário de seus embaixadores e ajudando a enviar ao governo relatórios detalhados sobre os assuntos estrangeiros. (SKINNER, 2012, p.15-16).

Uma política que é exercida a base de acordo torna necessário ao príncipe para que em seu modo de governar aumente a sua autoridade, o seu reconhecimento como superior e a obediência dos que lhe servem. As habilidades no tocante interesse em negociar são as maneiras que lhe servirão como modelo de um governo que pretende se dar bem para ele próprio e seus

servidores, onde se possa ao máximo tirar proveitos das devidas benfeitorias que o Estado oferece.

Naqueles estados que são governados por um príncipe com seus servidores, o senhor tem mais autoridade, porque em toda a sua província não há quem seja reconhecido como superior a ele. E se obedecem a outrem, fazem-no por força dos cargos que exerce e não lhe dedicam a menor estima (MAQUIAVEL, 1973, p. 23).

Maquiavel orienta que o príncipe tem que ter audácia e boa disponibilidade para negociar as ações do Estado e acima de tudo ter a devida maestria de como colocar em prática as suas vontades e os ambiciosos desejos pessoais dos seus servidores. Pois, na condição de governante-mor é preciso atender aos interesses e alianças que foram firmados antes da sua chegada ao poder, e nesse caso lá já estando é preciso fazer cumpri-las para manter a sua permanência e até mesmo sua manutenção no poder.

As manobras e acordos políticos são os elementos fundamentais para o príncipe poder ter uma política que agregue os seus aliados. É preciso agradar os seus ministros e colaboradores próximos que se sujeitam ao que lhe é oferecido nas alianças e negociações. Pois diante dessa situação, são mínimas as chances de um rompimento com o governo, já que tem uma parcela daqueles que se interessam em usufruir dos bens do Estado envolvidos nos esquemas e acordos. De certo modo, esses e as massas que eles arrastam ficam reféns do príncipe por causa das poucas vantagens que poderiam obter. Caso contrário, não conseguem ter novas vias de benefícios, por isso, são obrigados a viver sob a oferta do governante.

É que, sendo todos escravos, mais dificilmente podem ser corrompidos, e, quando se corrompessem, poucas vantagens se poderiam obter, uma vez que eles não poderiam arrastar a massa popular, o que se explica pelas razões enunciadas. (...) E, não sendo possível nem contentá-los, perderás o Estado na primeira oportunidade (MAQUIAVEL, 1973, p. 24).

O príncipe tem boas habilidades de fazer acordos, pois é através desse meio que vem as bondades do governo. Isto é, a partir disso o que é chancelado pelo príncipe torna-se agradável aos seus admiradores que se servem de benfeitorias que somente o Estado pode oferecer.

Se a necessidade então obriga o agente a realizar uma boa ação, ele aumenta, ao invés de diminuir, a possibilidade de uma ação política virtuosa, que os homens nunca fazem nada a não ser por necessidade; (...) os homens se encontram em interação com outros homens que tem a mesma liberdade, ou falta de liberdade, as mesmas necessidades, apetites e tendências malévolas.

Isso é não tanto uma limitação, mas a própria matéria ou material onde e de onde eles devem formar o bem comum a todos (GRAZIA, 1993, p. 209, 211).

No entendimento de Maquiavel, os acordos de benefícios do príncipe devem ser vistos e exercidos como um meio forte onde ele possa comandar e controlar a efetivação e a concretização no tocante respeito aos seus cumprimentos dentro do Estado. Pois diante do Estado soberano, o governante deve fazer aquilo que é de sua natureza política sem o menor temor, mas sempre com a cautela de ter o povo ao seu lado. “Basta ao príncipe ter virtude suficiente para saber administrar as diferenças e os interesses que o cercam para manter-se no poder e construir a estabilidade do governo” (BITTAR, 2011, p. 156).

O príncipe deve mostrar e aparentar que sua política de acordos é algo que vem trazer benefícios aos olhos daqueles que de agora por diante vivem sob o seu governo. Contudo, cabe ao príncipe reger normas que não venham trazer benefícios a todos, mas somente a aqueles que estão lhe servindo. Deste modo se constitui “um governo de poucos, que se conservem amigos” (MAQUIAVEL, 1973, p. 28).

O governante não conseguirá servir a todos nas alianças feitas para a sua sustentação no poder, pois este precisa ter e fazer escolhas que lhe darão a total manutenção no principado. A fortaleza dos acordos políticos estão todos voltados ao dinheiro e a cargos públicos, pois é mediante esses recursos que o príncipe consegue agregar seus apoiadores e fiéis escudeiros para o seu governo. Os benefícios estão servidos a todos aqueles que se submetem ao tipo de política que é oferecido pelo príncipe, pois este é o meio pelo qual se dá a sua subsistência e permanência no poder.

Para o florentino, o sucesso do príncipe a frente do governo é algo que ele conseguirá mediante seus atos e meios políticos, que são exercidos à base dos benefícios, em que o acordo por ele comandado é o prato principal a ser servido.

Perceba-se que, na análise de Maquiavel, o que se está levando em consideração não é o ato moral do príncipe, mas suas táticas para manter a união e o poder, para manter o Estado e desenvolver sua política de governo. A estabilidade, sobretudo a sua época, é um valor a ser perseguido, e do qual não pode abrir mão o príncipe (BITTAR, 2011, p. 159).

No exercício do poder, o príncipe deve oferecer aos seus aliados aquilo que lhes servem como oferta que são a garantia de um ajuste e acordo firmado para o bom desempenho e estrutura da boa política dos acordos, pois é mediante esse recurso que o príncipe constrói sua estabilidade no exercício do poder.

Para Maquiavel, o príncipe deve ser justo com os seus aliados oferecendo a eles aquilo que lhe é de direito dentro da política firmada para o bom sucesso de sua chegada ao poder e até mesmo lá permanecer nos melhores conforto do Estado. Visto que, lhe são necessárias a prudência e a cautela, pois jamais deve ficar refém ou se aliar a barões maiores que ele. Sendo que, esse gesto de oferecer os cargos, são os agrados de uma boa política de acordos e benefícios que estão presentes na ascensão do príncipe ao poder.

Note- se agora que um príncipe deve ter o cuidado de não fazer aliança com um que seja mais poderoso, senão quando necessário o compelir, ficará prisioneiro do aliado; e os príncipes devem evitar o mais que possam a situação de estar à mercê de outrem. (...) a prudência está justamente em saber conhecer a natureza dos inconvenientes e adotar o menos prejudicial como sendo bom. Deve ainda um príncipe mostrar-se amante das virtudes e honrar os que se revelam grandes numa arte qualquer (MAQUIAVEL, 1973, p. 101).

No pensamento de Maquiavel a política de firmar acordos é necessária ao príncipe. Ele o deve fazer, mas de um modo que o mesmo não fique em situação indesejável pois é mediante os acordos que o governante obtém o sucesso e uma boa condução do Estado. Ter o controle e contenção dos aliados é algo indispensável para o príncipe que tem a intenção de evitar uma possível debandada dos seus súditos. Para Maquiavel, o que dirá a grandeza do governo do príncipe são as suas ações, pois é mediante elas que o mesmo consegue apoiadores e admiradores da sua maneira de governar o Estado.

Nesse sentido, onde as ações do príncipe se fazem presente nas suas devidas maneiras e habilidades em comandar, é de relevante estima que o mesmo tome partido quando achar necessário e prazeroso para seus aliados, visto que agindo desse modo aumenta a sua força e estima por parte dos que vivem sobre sua base.

É ainda estimado um príncipe quando sabe ser verdadeiro amigo e verdadeiro inimigo, isto é, quando, sem qualquer preocupação, age abertamente em favor de alguém contra um terceiro. Esse partido será sempre mais útil do que o conservar-se neutro, porque se dois vizinhos teus se puserem a brigar, ou são de qualidade que, vencendo um deles, tenhas que temer o vencedor, ou não. (...) e os príncipes irresolutos, para se afastarem destes perigos, seguem, as mais das vezes, aquela linha neutra, e quase sempre são mal sucedidos (MAQUIAVEL, 1973, p. 100).

Segundo Bittar, a ação e atuação política do governante são de fundamental importância ao modo e as vantagens que o príncipe oferece mediante uma política que vive de barganhas para os seus aliados que dela necessitam. Pois, toda a ação do príncipe, revela o poder e as

artimanhas que ele possui em negociar os benefícios de sua política que são os acordos firmados mediante a experiência de pactos já antes feitos.

Pode-se perceber o quanto ela revela o interesse de imiscuir-se no diário de vida do príncipe, orientando-o para a ação, livrando-o das traições do poder, aconselhando-o como governar e manter o governo. Nessa preocupação direcionada de Maquiavel, homem de vivência política, há um giro copernicano no âmbito da teoria política: ela deixa de ser o que se idealiza, seja como constituição ideal, seja como estado ideal, seja como forma de governo ideal, passa a representar uma orientação para o governo político da sociedade em seus aspectos quotidianos (BITTAR, 2011, p.162).

Contudo, a vivência e a atuação política do governante mostram suas reais potencialidades no que diz respeito em governar e comandar os truques da política onde são firmados os acordos e benefícios que dela são vantajosos para que se tenha e mantenha uma sustentação de base e alianças, em que as conjecturas políticas dão forma e sentido ao modo que o príncipe governa o Estado.

3.2 Acordos e malefícios

A política de acordos que o príncipe exerce dentro da condução do Estado, é uma ação que não traz bons benefícios ao povo e seus súditos, como também é uma práxis que paralisa as boas atuações que o governo poderia proporcionar.

Os maléficos de uma política que são exercidos a base de acordos, é visto na obra *O Príncipe* de Maquiavel, como mecanismo de quebra e até mesmo de grandes rupturas na sociedade, em que governos despóticos fazem valer suas regras tornando assim as suas ações como forma de benefícios que não servem de modo algum, e muito menos benefícios, mas sim: traz o caos, desordens, golpes e rupturas políticas na sociedade. O que prevalece por inteiro não são as boas maneiras de governar, mas as más ações maquiavélicas do príncipe para conseguir o poder, em que essa maneira e pratica leva o Estado a um atraso social e caos político.

Maquiavel apresenta as causas do surgimento e do declínio dos Estados e os meios com os quais os estadistas adquirem e se mantem no poder e, ao mesmo tempo, os mecanismos do governo que lhe rendam fortes e erros que conduzem à decadência. Ele apresenta os provimentos políticos dos estadistas sem nenhum ligame ético. O que mais importa é o sucesso como resultado independente se o meio para alcançar é desleal ou ilegal (BARBOSA JÚNIOR, 2016, p. 2).

O ditame do príncipe na condução e no exercício do poder para Maquiavel, é visto como uma ação política que não tem o interesse em construir um Estado com boas práticas e maneiras de ser governado. Pois das maneiras e formas que o príncipe usa para manipular e até mesmo segregar torna-o um homem virtuoso que possui boas ações para si.

“A preocupação de Maquiavel não está centrada nem na lei natural, nem na lei ideal que poderia governar a política, mas com o que efetivamente os homens fazem e podem fazer ao estarem em contato com o poder” (BITTAR, 2011, p. 153).

Na visão de Maquiavel, as ações e as práticas dos acordos que são firmados na política do príncipe a frente do governo são métodos que trazem grandes malefícios aos que vivem sob a ordem de um governante que não oferece benfeitorias a população, mas sim que usa de espertezas para si. Mediante essa política que o príncipe exerce na sociedade, não é perceptível ver um povo agregado e até mesmo beneficiado pelas ações do governante. Mas o que se percebe é algo contrário, um governo que tem planos assistencialistas e que se vale de práticas desumanas com os que vivem sob o seu comando, fazendo assim valer de ações que causa divisão do povo e quebra do Estado.

O estadista não tem limite: pode distribuir o Estado, mudar forma de governo, transportar a população, fazer surgir novas virtudes. Ele é o arquiteto da sociedade, com todas as suas instituições econômicas, morais e religiosas. O príncipe perfeito é a encarnação de déspota com personificação perfeita de sagacidade que reúne os vícios e as virtudes e dá fundação de um principado novo a exemplos de grandes nomes da história (BARBOSA JÚNIOR, 2016, p. 2).

As práticas dos acordos é o meio em que o governante na maioria das vezes se dá bem, e aos que o servem nas várias funções do Estado. Pois é diante dessa política desagregadora que o governante déspota, governa e controla o povo de forma desumana que o faz ser amado e temido.

Nessas circunstâncias políticas de opressão e imposição do príncipe, são necessárias ao mesmo ter a devida observância em não somente se dar ao interesse dos seus aliados.

No entendimento de Maquiavel, o modelo de política que o príncipe usa para gerenciar o Estado tem que ser muito observado quanto as escolhas que o mesmo faz para o seu governo, pois é mediante esses acordos firmados que aparecerão os sucessos ou não quanto a sua governabilidade na condição de príncipe.

A maneira que príncipe usa para governar o Estado e, se o mesmo for executado a base de acordos e conchaves políticos, torna-o necessário possuir grande habilidade e prudência na

escolha de seus ministros. Uma vez que o príncipe usa da sua desenvoltura para observar e fazer as devidas escolhas para os ocupantes dos cargos, fica indispensável a ele governante ter observância daqueles que o desejam e querem servi-lo nos interesses e negócios do governo.

Não é de pequena importância para um príncipe a escolha dos seus ministros, os quais são bons ou não segundo a prudência daquele. E a primeira conjetura que se faz, respeito das qualidades de inteligência de um príncipe, repousa na observação dos homens que ele tem ao seu redor. Quando estes são competentes e fiéis, pode-se reputá-lo sábio, porque soube reconhecer as qualidades daqueles e mantê-los fiéis. Mas quando não são assim, pode-se ajuizar sempre mal do senhor, porque o primeiro erro que cometeu está nessa escolha (MAQUIAVEL, 1973, p.103).

Quanto ao tocante respeito da escolha dos ministros do príncipe para o seu governo, Maquiavel aponta um elemento de fundamental importância no que diz respeito a uma política que é exercida a base de barganhas: que é a ganância e a usura pelo poder, bem como a liberdade e a cobiça dos aliados.

Para ele a escolha de um ministro é uma questão muito importante, pois uma decisão errada do príncipe poderá acarretar um desequilíbrio no governo quando esse ministro tem apenas visão e interesses pessoais ou do seu grupo partidário.

No pensamento político de Maquiavel, o homem é visto como um ser degradado cuja natureza não pode ser reduzida a uma essência conforme afirmava Aristóteles. A pessoa é fundamentalmente egoísta, é dissimuladores, tementes dos perigos e ambiciosos de ganhos. As pessoas, sem limites de desejo de poder e de bens, visam consumir o que tem e adquirir o que não tem. Por essa razão estão sempre em luta e em competição aberta, em estado de ameaça e anarquia (BARBOSA JÚNIOR, 2016, p. 5-6).

Por esta via, percebe-se que a execução de uma política de favorecimento de uns e de prejudicar outros coloca em risco a atuação do príncipe e as ações do Estado. Pois é através dessas ações que aquele que é escolhido para ser ministro e pensa somente em si, termina governando somente para um determinado grupo e sendo visto como algozes que usam do poder.

O príncipe que usa do Estado para atender interesses pessoais e alianças políticas, coloca toda a governabilidade plausível em práticas que servem apenas a interesses de grupos que vivem de abocanhar os frutos que são gerados pelo Estado. O príncipe e seus ministros que buscam apenas em atender a conchavos e alianças são vistos como gananciosos e avaros pelo poder que pensam em atender e satisfazer os próprios interesses.

O príncipe sustenta que não se pode se desviar daquilo a que a natureza o inclina, e aqui se veem os homens, nas coisas que os levam ao fim que cada qual tem diante de si, isto é, glórias e riquezas, proceder variadamente: um com cautela, outro com ímpeto; um pela violência, outro com arte; um com paciência, outro com seu inverso. E, quinto, o comportamento dos próprios indivíduos varia com as épocas, da mesma como mudam os estímulos da natureza nos apetites, humores e assim por diante, podendo ser atendidos de diversas maneiras (GRAZIA, 1993, p. 84).

O que é percebível para Maquiavel é que o homem usa da ambição pelo poder, como forma e meio para conseguir satisfazer aos seus apetites e desejos, e quando lá estar utiliza-se de todos os meios que estão a seu favor como forma de tirar proveito para si das situações.

Os malefícios da política que são as trocas de favores e ocupação do bem público como algo pessoal, são vistos como meros meios oportunistas que o príncipe usa na sociedade para satisfazer os interesses de um homem ganancioso que faz acontecer seus desejos particulares em cima do bem comum.

Nessa circunstância política desagregadora em que o interesse do príncipe está em primeiro plano, percebe-se que o melhor atributo de fazer acontecer esse malefício da política é quando o mesmo adota para si a virtú que é “a capacidade do ator político de agir de maneira adequada no momento adequado” como meio daquele que usa de um plano audacioso e que o coloca em pratica (BIGNOTTO, 2003, p. 24).

Dessa forma a virtú é uma capacidade que encontra seus limites tanto no ator, que insiste em repetir seus atos quando eles não são mais eficazes, quanto no mundo, que em sua eterna mutabilidade faz com que não possamos nos fixar em apenas uma maneira de agir. (...) os homens amam repetir seus comportamentos e se agarram à sua forma de agir, quando ela os conduz ao sucesso, mas tem muita dificuldade em reconhecer que nem toda a habilidade de um grande comandante militar ou de um príncipe é capaz de dominar todas as possibilidades contidas na história (BIGNOTTO, 1991, p. 26-27).

Maquiavel compreende que ação política do governante através da virtude em sua totalidade, é tida como meio que precisa de adequações quanto a sua atuação e experiência política. Pois na condição de governante lhe é preciso buscar na historicidade dos grandes homens do passado as melhores formas e maneiras de agir diante do principado no qual ele esteja inserido.

A atuação política do príncipe em negociar cargos no governo, torna-o um ser capaz de agir em conformidade com um modelo político que corresponda em agregar aliados. Pois o interesse nas alianças e bases políticas, lhes servem de sustentação no poder.

Portanto, dentro da governabilidade e acordos políticos que visa apenas o interesse do príncipe em consolidar sua manutenção no poder através dos acordos. Os benefícios e malefícios são meios e formas de alienação e sustentação daqueles que vivem de um sistema político corrompido.

Na busca de superar um sistema corrompido, Maquiavel lança mão de algo que ele denomina “príncipe novo”. Como condição e meio de se ter uma nova visão política, o “príncipe novo” é o que vai ser abordado no próximo capítulo.

4 O PODER NA ABORDAGEM DO “PRÍNCIPE NOVO”

O objetivo da obra *O Príncipe*, é tido como uma crítica ao sistema político vigente da Itália do século XVI, e também muito se adequa ao nosso sistema político atual no Brasil. Nesse sentido, Maquiavel mostra-se contrário ao sistema político instituído e corrompido em que a busca desenfreada pelo poder faz dos políticos e governantes meros atores que contracenam o mesmo papel. O “príncipe novo” surge como alternativa de superação diante da insatisfação e indignação do modelo corrompido instituído.

Um príncipe novo é o príncipe com novas ideias, tido para Maquiavel como aquele praticante de uma nova ordem social, que busca a igualdade de todos sem privilégios e compadrios. Pois, o mesmo nos direciona e desperta para um Estado novo, que seja desprendido do modelo antigo em que se vivia apenas aos moldes da corrupção e da busca de poder.

Vendo a crítica de Maquiavel ao contexto político, torna-se atual essa obra diante do cenário em que vivemos, em que é perceptível o modo e tipo de política que é exercido no Brasil, onde os governantes eleitos pela soberania popular exercem o mandato a partir de objetivos e interesses pessoais ou aos ditames de seus padrinhos políticos, e por isso, toda a governabilidade fica comprometida aos acordos firmados.

O sistema de governo que atualmente vigora no Brasil, é o modelo presidencialista. Para ter uma maior e melhor governabilidade o presidente da república precisa de apoiadores no congresso, porque é de lá que serão aprovados projetos do interesse ou desinteresse do governo. Desse modo, para que lhe seja garantido apoio, é preciso fechar acordos com suas bases e alianças políticas. São mediante negociações partidárias que o governo consegue possíveis aprovações de leis e projetos. Nesse sentido, o que se percebe é um governo que vive refém de congressistas que visam apenas interesses em cargos no governo, que de certo modo é a velha política do toma-lá-dá-cá. É importante ressaltar que o apoio recebido por parte dos congressistas que visam maior interesse e participação no governo, são tidos e recebidos pelo governo como apoio decisivo no tocante interesse em aprovar leis. Porque um grande apoio lhe garante tranquilas vitórias, mas por outro lado lhe deixa em situação de refém diante dos acordos por ele costurado.

4.1 Plano de governo X Plano de poder

Maquiavel faz uso e muito preserva da história, como forma de trazer conselhos aos governantes. É a partir daí, que surge o novo modelo de Estado e de onde surge um novo príncipe.

Maquiavel conseguiu ser apresentado à corte dos Medici em março de 1520, e logo depois recebeu a insinuação de que poderiam lhe encontrar uma ocupação- se não diplomática, ao menos literária. Ele não foi frustrado em suas expectativas, pois em novembro do mesmo ano recebeu uma encomenda formal dos Medici para escrever a história de Florença (SKINNER, 2012, p.106).

A política do príncipe de Maquiavel nos aponta para o surgimento de um príncipe novo, onde o príncipe que aparece diante de um Estado novo evidencia uma política desagregada de acordos e conchavos.

O nascer de um príncipe novo diante de um Estado novo está evidenciado na obra política *O Príncipe* de Maquiavel, em que o governante não se sujeitará aos vários tipos de acordos, barganhas e malefícios da política, que são firmados entre aqueles que almejam o poder e os seus privilégios. Na visão política de Maquiavel, um novo modelo de política deve ser compreendido como a busca de uma nova revolução que procura agregar valores, unidade do Estado entre governantes e governados, habilidades específicas no ato de governar e superação dos conflitos sociais como parte de um novo meio social e político.

Para Maquiavel, o príncipe novo é um sujeito com habilidades e competências específicas, isto é, um sujeito que seja capaz de conquistar a empatia do povo, e ao mesmo tempo que, domine, estabeleça um consenso popular, e possa mediar os conflitos. Para Gramsci, o príncipe de Maquiavel propunha uma construção de um Estado unificado, popular e coletivo, com um fim político, ou seja, um instrumento de esclarecimento das massas, sobre os mecanismos da política, mas que também serviu para àqueles que queriam alcançar o poder. Portanto, a ciência política inaugurada por Maquiavel, acredita Gramsci, ser uma ciência da qual podem ser beneficiados governantes e governados (DALMAZ, 2014, p.3).

O caminhar e despertar da política do príncipe novo precisa ser direcionada por um plano de governo. Em que seja pautado pela participação social do povo e que seja assegurado o direito e acesso dos cidadãos aos serviços que é obrigação do Estado oferecer. Essa nova política do príncipe faz acontecer o envolvimento de todos e a participação social na busca por

um modelo de sociedade que seja condizente com a realidade moral e a vida digna em sociedade.

Um príncipe que surge com novas ideias tem diante de si grandes dificuldades com aqueles que chegaram ao poder pelo uso da força ou por meios de alianças e conchavos. Pois o rompimento com uma velha prática política exige do novo príncipe ser um homem possuidor da virtú e fortuna, algo que é de fundamental importância para a implementação da nova política diante de um Estado novo que se pretende alcançar.

Inversamente, o príncipe novo que surge de uma posição privada para assumir o império e se converte em príncipe de sua própria pátria ou de um principado de nova formação terá problemas, pelo menos de princípio, dentro de suas próprias fronteiras (GRAZIA, 1993, p. 246).

Para Maquiavel, o governante precisará usar da sua força política para fazer acontecer a nova forma de implementação e gerir da política, pois o romper com um ciclo e sistema causa grandes impactos na condução desse novo jeito de governar. Um outro elemento importante é o uso da fortuna, visto que essa nova ousadia política que o príncipe pretende implementar no Estado requer muita habilidade e sorte em saber aproveitar os momentos em que se deve fazer acontecer esse novo despertar, essa nova visão do campo político.

Assim como o príncipe que vem de uma política que se serve dos acordos e barganhas, o surgimento do novo príncipe na visão de Maquiavel, colocar em cena um novo despertar da política, pois na condição de governante o mesmo tem um grande desafio, que é habilitar um novo modo de governar e de trabalhar a política junto aos interesses do Estado.

Deve-se considerar aqui que não há coisa mais difícil, nem de êxito mais duvidoso, nem mais perigosa, do que o estabelecimento de novas leis. O novo legislador terá por inimigos todos aqueles a quem as leis antigas beneficiavam, e terá tímidos defensores nos que forem beneficiados pelo novo estado de coisas. Essa fraqueza nasce parte do medo dos adversários, parte da incredulidade dos homens, que não acreditam na verdade das coisas novas senão depois de uma firme experiência. Daí resulta que os adversários, quando tem ocasião de assaltar, o fazem fervorosamente, como sectários, e os outros o defendem sem entusiasmos e periclita a defesa do príncipe (MAQUIAVEL, 1973, p. 30).

A consciência política do príncipe novo quanto ao surgimento de grandes dificuldades ao seu governo, é visto por Maquiavel como forma perspicaz de que o Estado necessita de uma nova visão no que diz respeito ao campo político, em que sair de uma visão idealista e viver uma prática em que o sistema político é um modo que não agrega a todos, torna-o necessário

haver um rompimento, e buscar novos campos de inserção e invenção de uma política que seja mais assistencialista e igualitária na vivência em sociedade.

O alavancar de uma nova política que possa agregar o povo torna-o necessário ao príncipe novo, uma total isenção e diplomacia dentro da política do Estado em que o mesmo tenha uma visão de boas práticas e maneiras de gerir a política, por modos que propicie uma nova consciência em comandar a política nos diversos seguimentos da ordem e atuação do Estado. Pois é a partir da nova política do príncipe que se deve ter meios de inserção de grupos e classes na sociedade por um todo, por um todo percebe-se um príncipe que busca apresentar um plano de governo.

A natureza contraditória do Estado está na disputa entre a classe dominante e a classe dominada, isto é, embora o Estado atenda majoritariamente os interesses da burguesia, as massas lutam e exercem pressões sobre o Estado. Para isso, é preciso que se estabeleça uma verdadeira democracia, é necessário que o povo, ou seja, os trabalhadores, camponeses, operários, tenham seu direito assegurado na construção de uma nova organização partidária que realmente revolucione e supere a lógica capitalista (DALMAZ, 2014, p. 3).

Maquiavel indica que o novo despertar político do príncipe, na sociedade, coloca em pratica aquilo que deve ser gerenciado por um governante virtuoso, que são as boas práticas e maneiras de potencializar a atuação do Estado junto ao povo, embora os conflitos sejam presentes e façam parte do cotidiano.

Maquiavel, ao contrário, insiste na diferença entre os regimes capazes de expandir e aqueles destinados apenas à conservação. Sob a cobertura da descrição fria de uma república estável, ele revela a fraqueza dos humanistas, que nunca foram capazes de pensar o Estado partindo de suas contradições. Descrevendo as relações internas, assim como as externas, como elementos estáticos, eles não compreenderam que a liberdade em relação aos outros Estados era, em grande medida, o resultado da resolução dos conflitos de classes. O verdadeiro desafio não é, pois o da estabilidade, mas o da potência (BIGNOTTO, 1991, p. 93).

O príncipe que busca por um Estado novo tem diante de si, a oportunidade de gerenciar as boas ações dentro do Estado como garantia daquilo que é produzido por vias de um governo que apresenta metas e planos para beneficiar a sociedade, isso condiz com as práticas e ações que uma sociedade espera do governante virtuoso. São as ações virtuosas do novo príncipe que garantirão uma maior e melhor participação do povo no governo e o príncipe passará a ter uma maior aceitação diante das políticas públicas por ele apresentada na vivência em sociedade.

O povo pode ser considerado um dos atores políticos fundamentais. Alimentado pelo desejo de não-opressão, o povo é considerado o guardião da liberdade, reivindicando espaço nas leis para assegurar que não será oprimido pelos grandes. Da virtude política popular, Maquiavel admite terem surgido as melhores leis republicanas e as maiores barreiras para a tirania e a corrupção (OLIVEIRA, 2009, p. 4).

Quanto ao tocante interesse em mostrar o surgimento de um príncipe novo, Maquiavel busca esclarecer que as habilidades em atender as demandas e interesses do povo no governo do príncipe é de fundamental importância. Ao se tornarem atores políticos na sociedade, o povo não aceita e nem se sujeita a serem massa de manobra.

Por mais que dentro do Estado novo tenha conflitos, emerge uma revolução no direito e garantias do cidadão. Porque é a partir da consciência política e participação na sociedade que são colocados meios de um agir voltado para o povo naquilo que lhe é de direito. Nesse aspecto da consciência política e participação de todos, o príncipe novo tem um papel fundamental e importante na condução dessa nova revolução e consciência populacional.

O novo “Príncipe”, sendo ele o socializador da autorreflexão, da autocrítica, da consciência, da práxis revolucionária e da práxis pedagógica. Para Marx, a prática revolucionária, ou seja, a práxis em um sentido progressista, está relacionada à práxis educativa. Marx conclui que o educador e o educando se educam na prática revolucionária, e que, a relação intelectuais-massa, constitui-se num meio de superar a situação de subordinação ideológica de uma classe sobre outra (DALMAZ, 2014, p. 4).

Uma nova práxis política coloca de lado as atitudes que antes eram desenvolvidas por um príncipe antigo, que apenas desenvolvia atitudes de imposição e busca pelo poder. Sendo assim, é preciso que o velho governante se perceba que velhas práticas e maneiras de gerir a política e o Estado, não são condizentes com a nova realidade que se busca alcançar. Um Estado novo totalmente desprendido de velhas barganhas.

Diante dessa situação, Maquiavel acreditava que as circunstâncias históricas eram favoráveis ao aparecimento de um “príncipe novo” que poderia implementar uma “nova organização política” na Itália, a qual estava “pronta e disposta a seguir uma bandeira” desde que houvesse quem a empunhasse (BENASSI, 2007, p. 3).

Percebe-se um grande abismo entre um príncipe que apresenta um plano de governo e um outro um plano de poder. Aquele que vive apenas em apresentar um plano de poder, é tido como um agente político que vive de celebrar acordos que possa manter os seus interesses e de seus correligionários.

O príncipe que não se reveste de uma nova conscientização política, e vive apenas de práticas que não condiz com o desejo do povo, pode ser visto e analisado como um governante despótico que faz valer-se da regra do jogo a partir dele próprio como meio condizente da realidade política.

Na governabilidade do príncipe, os acordos e trocas de favores por cargos devem ser considerados como ação de um governante audacioso que tem apenas a pretensão em tornar-se o político de postura maquiavélica, embora não queira ser intitulado dessa maneira.

Por isso, Maquiavel destaca que os homens “devem considerar a natureza dos tempos, ajustando a ela sua conduta”, o que só é possível por meio do conhecimento dessa realidade: “quem pretende fazer alguma coisa deve primeiramente preparar-se de modo que, surgindo a ocasião, tenha condições de satisfazer suas intenções... sobre essa mesma questão, Maquiavel afirma também: “creio, ainda, seja feliz aquele que acomode o seu modo de proceder com a natureza dos tempos, da mesma forma que penso seja infeliz aquele que, com o seu proceder, entre em choque com o momento que atravessa” (BENASSI, 2007, p. 5).

Diante dessas condições em que o príncipe exerce e rege a política a modos próprios, fica evidenciado um político egoísta e sorrateiros de velhas práticas políticas. Que exerce o poder a seu bel-prazer em desfrutar das regalias e benfeitorias que são oferecidos a aquele que se torna príncipe.

3.3 Poder e governabilidade do Príncipe novo dentro do Estado

O poder é algo que está evidenciado como complemento da governabilidade do príncipe novo dentro do Estado. Porque no exercício do poder, o governante tem a função de comandar uma série de atividades que na maioria das vezes lhes é preciso ter a habilidade do desprendimento em fazer certos acordos, ou seja, perceber quais os limites dos acordos.

A luta por comandar um reino, um principado ou até mesmo uma república, coloca e divide a sociedade em lados antagônicos na briga ideológica pelo poder. Porque é através dele, que partidos insemnam ideologias políticas na mente do povo e os convencem de que o plano e projeto de um determinado agente político ou grupo, são os melhores objetivos de serem alcançados e vivenciados por todos.

Nos conflitos gerados pela busca de espaço no governo e de ter poder de governar, são colocados em cena, os inúmeros interesses particulares e partidários dos agentes políticos. Diante da situação de sentir-se ameaçados e de ter o seu espaço fragmentado, os políticos

terminam colocando em situação especulativa a legitimidade do governante que possui maior espaço e autonomia política que a sua.

O modo como o príncipe comanda e geri uma nova política na sociedade nos encaminha para entender um fato político específico, que é o processo de impeachment.

Algo que foi vivido recentemente na política brasileira em 2016 quando uma presidente da república teve o seu mandato cassado pelo congresso, motivado por algumas supostas irregularidades administrativas e políticas.

Ao mesmo tempo que o instituto do impeachment à brasileira da autonomia aos congressistas de admitirem e julgarem o processo de impeachment da forma como querem, necessita que o acusado tenha atentado contra a Constituição Federal e cometido crime de responsabilidade. Exige um crime materializado - no contexto jurídico - mas a votação pode ser fundamentada a partir de fidelidades partidárias, ou animosidades dos parlamentares. A sua natureza dúplice o confunde, o problematiza e o torna cada vez mais perigoso de ser utilizado (NOGUEIRA, 2016, p. 251).

A ideia aqui, nos é apresentar os limites e tipos de acordos que o governante deve fazer para ter a garantia de seu exercício, que é governar o Estado. Sendo que, em tais condições o mesmo não está disposto a fazer acordos e conchavos que coloque em risco o seu governo e sua estabilidade política.

Para Gruppi, processo como esse se dá por conta de que pessoas e partidos políticos não querem abrir mão de seus interesses pessoais e ideologias partidárias políticas. Porque nessas condições seriam necessárias que fossem substituídas por algo que possa valer para o bem geral do povo.

Onde no processo revolucionário, a construção da hegemonia exige o comprometimento de classe e a superação de interesses particularistas e individualistas, abrindo espaços onde os diferentes segmentos de classe possam congrega e articular suas forças, possibilitando, a partir da superação desse modo de ser e de pensar, que a vontade coletiva avance e delineie uma nova consciência, que se manifesta e se concretiza na prática política, pois, para Gruppi o “construir-se como classe hegemônica significa torna-se protagonista das reivindicações de outros estratos sociais, unindo em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança” (NAUROSKI, 2016, p. 36).

É a relação diplomática do governante com os outros poderes que constituem a república, que de certo modo gerenciam a governabilidade e estabilidade daquele que está à frente do governo. Sendo lhe preciso usar das melhores fontes de diálogo e articulação política.

Segundo Maquiavel, um dos elementos para o governante se manter no poder é ceder aos conchavos, mesmo que essa ação se vala da tática de um poder ceder a outro poder. Portanto, fica evidenciado um distanciamento de práticas virtuosas em que alguns exercem o poder em favorecimento próprio.

Assim, o começo da corrupção é equiparado à perda ou à dissipação da virtù, um processo de degeneração que se desenvolve, segundo Maquiavel, de duas maneiras. Um corpo de cidadãos pode perder sua virtù - e, portanto, sua preocupação com o bem comum- ao perder todo o interesse pela política, tornando-se “preguiçoso e inapto para qualquer atividade virtuosa” (SKINNER, 2012, p.79).

Com isso, podemos perceber a pouca capacidade e interesse de alguns representantes do povo, em gerir uma política de favorecimento de todos. Que de certo modo precisa ser gerenciada por agentes políticos comprometidos com o bem populacional.

Nessa linha de análise, o que se percebe é que de forma institucional pelas próprias leis brasileiras, temos uma série de fatores que contribuíram para a realização desse processo. Quando por exemplo os descontentes se sentem confrontados ou ameaçados de perder suas regalias e cargos no governo por práticas de corrupção, aderem e se juntam a outros para tramar ações que possam desestabilizar o governante. A não ser que este tenha tido uma boa edificação anteriormente para saber lidar com as tempestades que possam surgir no seu governo.

Quem não prepara as bases antes, poderá fazer depois esse trabalho, se tem grande capacidade, ainda que com aborrecimento para o arquiteto e perigo para o edifício... de todos os aderentes destes, que fossem gentis-homens, procurou o apoio, tornando-os gentis-homens seus e lhes dando grandes pensões em dinheiro, e honrou-os, segundo suas qualidades, com postos de comando no governo (MAQUIAVEL, 1973, p. 34-35).

Com isso, o agrado político do príncipe em negociar cargos no governo, para acomodar os aliados é algo que lhe dá a capacidade de governar e gerenciar as ações do poder. Sendo que, é através das trocas de favores e alianças políticas que o governante conseguirá sucesso dos acordos firmados.

As barganhas, os acordos e favoritismo político, muito influência e contribui para a abertura ou não de um processo de impeachment. Porque a estabilidade do governo como já tem sido falado, depende da realidade política que o presidente tem em negociar com os congressistas. Assim como, o príncipe deve negociar para permanecer no poder, o governante da atualidade deve fazer o mesmo, ou seja, fazer aliança com o congresso nacional.

E dessa aliança feita se dá a força e estrutura do governante no tocante interesse em tem maioria que possa lhe trazer tranquilidade e paz. Porque dentro da abertura de um processo de impeachment é essa força política que irá nortear a validade ou não de um determinado processo. “Ocorre que o impeachment presidencial surge como instrumento mais poderoso para substituir presidentes indesejáveis sem destruir a ordem constitucional como afirma Lopes Cariboni” (NOGUEIRA, 2016, p. 245).

Aqui podemos perceber os limites dos acordos firmados entre aqueles que se dividem no poder. O peso que terá as negociações políticas deve ser medida até o momento que todos estejam sendo beneficiados, pois, a partir do momento em que um determinado acordo passa a prejudicar algum, esse começa a desequilibrar e desestabilizar o governo. Um exemplo claro disso: foi quando começaram as investigações da operação lava jato que investiga a participação de políticos em esquemas de corrupção.

Fica evidenciado e perceptível a partir disso, como e a que modo se dará a abertura do mesmo. Porque a realização dos acordos não traz total garantia de apoio, mas possíveis traições, depois de alguns se sentirem descontentes com a maneira que vem sendo conduzidos os possíveis acordos.

Portanto, o que legitima a validade de um processo como esse é a relação com os aliados, pois, para se assegurar na condição de governante negociam cargos e acordos dentro do governo. Mediante esse artifício, o governante mantém o controle dos aliados, e lhe é possível precaver-se de uma debandada da sua base de sustentação.

Finalmente, uma analogia da obra *O príncipe* com o processo de impeachment se dá por três vertentes “súditos, aliados e ações do príncipe”.

Aquele que chega ao poder por meio do povo, este deve fazer aquilo que lhe compete e convém quanto ao reconhecimento do seu poder de príncipe ou de governante. Maquiavel, muito usa da história que retrata o caminho daqueles que tiveram sucesso na busca e ascensão pelo poder. Pois o mesmo considera que esses caminhos devem ser sempre trilhados.

Os homens trilham quase sempre estradas já percorridas. Um homem prudente deve assim escolher os caminhos já percorridos pelos grandes homens e imitá-los; assim, mesmo que não seja possível seguir fielmente esse caminho, nem pela imitação alcançar totalmente as virtudes dos grandes, sempre se aproveita muita coisa (MAQUIAVEL, 1973, p. 29).

Para que o governante trilhe o caminho do poder com todo e qualquer sucesso, lhe é preciso primeiro o apreço e anseio do povo por ele eleito. Ou seja, é necessário que este seja

estimado. Porque aquele que é estimado pelo povo de sua própria pátria tem a brilhante conquista do poder.

Por outro lado, é de fácil maneira a chegada do príncipe ao poder pelas mãos dos poderosos. Algo que muito significa na vida do príncipe e termina por acarretar o seu governo. Em que, uma triste situação o mesmo pode ficar refém daqueles que lhe puseram lá. O mesmo acontece com o governante que se sujeita aos vários tipos de acordos e manobras com políticos e empresários. Onde, no final das contas terminam por colocar o povo contra o governo, já que esses não estão mais sendo beneficiados pelas ações do Estado.

É indiscutível um príncipe ou até mesmo um governante sem o apoio do povo para uma tranquila governabilidade. Esse apoio lhe é essencial, porque o seu reconhecimento de senhor e detentor do poder só é tido a partir daqueles que vivem sob a tutela de um chefe. Sendo que a esses moldes, os súditos se submetem ao governante, reconhecendo lhe como o senhor.

No tocante interesse da relação com os aliados, o príncipe ou até mesmo o governante, deve ter uma boa estrutura política que possa se dar com os aliados. Sendo que, o essencial esperado por parte dos aliados é um maior engajamento e comprometimento com a sociedade, diante da aplicação e prática, da “virtù” e “fortuna” em seus perfis. Pois as alianças políticas que são costuradas, devem agora visar o bem comum, o bem populacional.

E de agora em diante, serem vistas como forma de garantir tranquilas vitórias para o governo, os súditos e aliados que não são mais comprometidos com uma velha prática. Já que pertencem a uma nova ordem política iniciada e assumida pelo príncipe novo.

CONCLUSÃO

A compreensão da obra *O príncipe* de Maquiavel aqui estudada, nos remete ao pensamento do florentino em que o exercício da política muito se faz presente na atualidade.

Em que os critérios éticos e políticos muito significam para um gritante alarde e caos social que esteve presente em um determinado período da história italiana, como também muito se faz presente nos nossos dias atuais. A obra *O príncipe* que é datada como texto escrito em 1513, muito se assemelha ao modelo político vigente no Brasil em que os governantes usam para alcançar e se beneficiarem do poder.

Depois de um apanhado histórico e das habilidades necessárias ao príncipe para poder governar, evidenciou a audácia para assumir o poder, para a conquista de novos reinos, principados e repúblicas, bem como para a construção de uma governabilidade própria daquele que tem a ânsia e sede pelo poder. As habilidades desse governante são características de um príncipe audacioso e que não limita meios para tomar e permanecer no poder.

Para Maquiavel, não são necessárias apenas a busca e chegada ao poder próprias do velho sistema político florentino. É preciso que o governante também seja audacioso na busca por uma nova maneira de governar e apresentar um Estado condizente com os anseios do povo. Esse horizonte aponta uma nova prática e maneira social de gerir a política através do povo e de um maior engajamento de políticas que venham favorecer as classes dominadas e não somente o prestígio da classe dominadora.

Por isso, o surgimento de um “príncipe novo” causa essa expectativa de que é através de uma nova conscientização política que podemos chegar a ideia de um “Estado novo” que provoca nas pessoas maior racionalidade e participação na política em meio a uma práxis social revolucionária.

Se existe uma ação social revolucionária, as pessoas não se deixam levar por ideologias, e nem mesmo serem massas de manobras em que políticos usam de suas habilidades para manipular, direcionar ou até mesmo alienar com ideologias partidárias ou por interesses privados. Deste modo, pode-se compreender a associação da obra *O príncipe* com o processo de impeachment no qual aqueles que não estão sendo beneficiados em seus interesses privados pelas estruturas do Estado buscam colocar o povo contra o governante para provocar uma ruptura e desestabilidade, e assim, possa culminar em deposição do governo.

No tocante respeito ao poder governamental do príncipe em organizar a sua estrutura política administrativa, é algo que o mesmo necessita de uma total desenvoltura para agregar os aliados no governo. Vale lembrar que, são os próprios aliados que dão e que trazem a

estabilidade necessária para o príncipe se manter no poder e governar. Nisso, é importante ao governante manter a paz tanto com os seus aliados e com o povo, para que o mesmo possa ter a legítima governabilidade e não vivencie uma insegurança política, o que resultaria na queda do poder.

A resposta aqui dada não se limita a discussão em torno disso. Mas o objetivo maior foi buscar fazer uma reflexão quanto a necessidade de um príncipe novo para um Estado novo que envolve os cidadãos, a república e os agentes políticos, e que o poder é emanado pelo povo para servir a todos.

REFERÊNCIAS

- BENASSI, Marcia Aparecida Lopes. O príncipe virtuoso na perspectiva de Nicolau Maquiavel. *VI Jornada de Estudos Antigos e Medievais – Trabalhos Completos*. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2007/trabalhos/006.pdf>>. Acessado em: 13 de outubro de 2018.
- BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- BITTAR, Eduardo C. B. *Curso de filosofia política*. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 14ª ed. São Paulo: editora ática, 2015.
- DALMAZ, Dayane Santos Silva. *O moderno príncipe de Gramsci e a construção do Estado moderno: o novo “príncipe” como educador*. Seminário nacional Estado e política social de direitos humanos. Unioeste, Toledo, 2014.
- FERREIRA, Barbosa Júnior P. *Justiça Política e dignidade humana: Uma abordagem aristotélica no atual contexto latino americano*. Laterianense, Roma, 2016.
- GRAZIA, Sebastian de. *Maquiavel no inferno*. Tradutor: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Coleção Os pensadores. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- NAUROSKI, Everson Araújo. *O príncipe Eletrônico: Mídia, Política e Sociedade*. São Paulo: FiloCzar, 2016.
- NOGUEIRA, Thulio Guilherme Silva. O impeachment de Dilma Vana Rousseff: qualquer semelhança com a história é mera coincidência. *VirtuaJus* – Belo Horizonte, v.12-n.28, p.244-253– 2º sem. 2016.
- REALE, Giovanni. *História da filosofia: do humanismo a kant*. São Paulo. ed. Paulus, 7ª edição, 2005. Vol. II.
- RODRIGUES, Roberto W. S. O Papel da Alta Burocracia no Impeachment de Dilma Rousseff. *Nau Social*. - V.8, n.14, p. 135-151 Mai 2017 / Out 2017
- SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: LPeM, 2012.
- STRATHERN, Paul. *Maquiavel em 90 minutos*. Tradução: Marcus Penchel. Rio Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

